

SÍNTESE DE CONTRIBUTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DOCUMENTO TÉCNICO)

ÍNDICE

Sumário Executivo	3
I. Enquadramento	4
Princípios Orientadores da Estratégia:	5
II. METODOLOGIA PARTICIPATIVA E COLABORATIVA	6
Processo de trabalho colaborativo	6
III Anexos	8
SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DA AUDIÇÃO PÚBLICA	8
SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DAS REUNIÕES SETORIAIS por área-chave (Territórios, Cidadania, Educação, Emprego e Formação, Saúde).....	23
SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DOS GRUPOS FOCAIS	34
SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DO ENCONTRO DE AUTORREPRESENTANTES	38
IV Conclusão Final	44

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento sintetiza os contributos recolhidos no âmbito do processo de elaboração da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030, evidenciando prioridades, desafios e propostas estruturantes para a definição de uma política pública mais integrada, participada e orientada para resultados.

A preparação da nova Estratégia assentou numa metodologia participativa e colaborativa, que integrou audição pública, reuniões setoriais, grupos focais, contributos escritos e um Encontro de Autorrepresentantes. Este processo permitiu recolher perspetivas diversificadas de entidades públicas, organizações da sociedade civil, organizações representativas das pessoas com deficiência e das próprias pessoas com deficiência, reforçando a legitimidade e a abrangência da proposta em construção.

Da análise integrada dos contributos emergem prioridades transversais claramente partilhadas: reforço da governação e da coordenação interinstitucional; definição de responsabilidades e mecanismos de monitorização; financiamento adequado e previsível; produção e utilização de dados para suporte à decisão; promoção da acessibilidade universal; valorização da participação ativa das pessoas com deficiência; e consolidação de respostas territoriais e setoriais mais articuladas.

Nas áreas-chave de Territórios, Cidadania, Educação, Emprego e Formação, e Saúde, os contributos convergem na necessidade de promover inclusão efetiva ao longo do ciclo de vida, eliminar barreiras físicas, digitais, comunicacionais e atitudinais, reforçar a autonomia e a vida independente, assegurar igualdade de oportunidades no acesso à educação, ao emprego, à saúde e à participação cívica, e melhorar a coerência entre políticas públicas, recursos e instrumentos de execução.

Em síntese, o documento aponta para a necessidade de uma Estratégia exequível, mensurável e sustentada por um modelo de governação claro, participado e responsabilizante, capaz de traduzir os contributos recolhidos em linhas de ação com impacto real na vida das pessoas com deficiência.

A nova EDPD 2026-2030 deverá, assim, afirmar-se como um instrumento estruturante para a construção de uma sociedade mais justa, acessível, inclusiva e plenamente comprometida com os direitos humanos.

I. ENQUADRAMENTO

A promoção da inclusão, da autonomia e da plena participação das pessoas com deficiência é um dever do Estado português e um direito humano fundamental, consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal em 2009.

A nível europeu, a Estratégia da União Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, integrada na agenda *União da Igualdade*, estabelece uma visão comum para uma Europa sem barreiras, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e igualdade. Portugal tem vindo a alinhar-se com esta visão através de sucessivos Planos de Ação e Estratégias Nacionais para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, marcos essenciais na consolidação de políticas públicas orientadas para a igualdade de oportunidades.

O balanço do período 2021-2025 revela, contudo, desafios estruturais persistentes: a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho continua limitada, a taxa de risco de pobreza e exclusão social mantém-se e persistem barreiras físicas, digitais e atitudinais que restringem o acesso à educação, aos serviços públicos, à cultura e à vida cívica.

Atualmente, cerca de 10 % da população residente em Portugal vive com algum tipo de deficiência, sobretudo nas faixas etárias mais elevadas (idade média de 53 anos). Este contexto coloca novos desafios à sustentabilidade do sistema de proteção social e reforça a necessidade de apoios personalizados, serviços de proximidade e políticas preventivas desde a infância.

O envelhecimento populacional, a transição digital e ecológica e as transformações do mercado de trabalho exigem uma estratégia integrada, transversal e baseada em evidência, capaz de promover a autonomia, a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo de limitação ou da região onde vivem.

Neste quadro, entende-se a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030 como instrumento de política pública, que orientará a ação do Estado, das autarquias e da sociedade civil para a construção de uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva.

A nova Estratégia tem como finalidade promover a igualdade real de oportunidades e a plena participação das pessoas com deficiência em todos os domínios da vida social, económica, política e cultural, em conformidade com os princípios da Convenção das Nações Unidas e com a Estratégia Europeia 2021-2030.

Apesar do quadro jurídico e estratégico robusto e do investimento já realizado, persistem fragilidades na execução e monitorização da EDPD em vigor, agravadas por lacunas de dados e por dificuldades de articulação interinstitucional. Por isso, a nova Estratégia pretende desenvolver um modelo de governação mais simples, participativo e centrado em resultados.

Princípios Orientadores da Estratégia:

- **Autonomia e Vida Independente:** reforço da autodeterminação e dos apoios personalizados baseados na comunidade, evitando a institucionalização e promovendo serviços de proximidade.
- **Acessibilidade Universal / Desenho Universal:** eliminação de barreiras físicas, digitais, comunicacionais e atitudinais, assegurando que produtos, serviços e ambientes são inclusivos desde a origem.
- **Participação Efetiva:** envolvimento direto das pessoas com deficiência e das suas organizações em todas as fases das políticas públicas.
- **Igualdade e Não Discriminação:** combate a todas as formas de exclusão, reconhecendo as múltiplas desvantagens que podem resultar de fatores como género, idade, origem ou pobreza.
- **Territorialização e Proximidade:** políticas adaptadas às realidades locais, com especial atenção às zonas de baixa densidade. A dimensão da deficiência deve estar presente em todas as políticas públicas;
- **Cooperação Interinstitucional:** articulação eficaz entre ministérios, autarquias, sociedade civil e setor privado.
- **Abordagem de Direitos Humanos:** a deficiência entendida não como uma questão médica, mas como uma questão de direitos e cidadania.
- **Governança e Dados:** recolha sistemática de dados desagregados, acompanhamento contínuo e avaliação participativa.

II. METODOLOGIA PARTICIPATIVA E COLABORATIVA

Com o aproximar do termo da atual EDPD, tornou-se essencial planear um processo estruturado e participativo para a preparação da nova Estratégia, garantindo o envolvimento de todas as entidades relevantes.

Foi, por isso, estabelecido um cronograma de trabalho com momentos e ações-chave, conduzindo à apresentação de uma proposta sólida e representativa para a EDPD 2026-2030.

A elaboração da nova Estratégia baseou-se num processo de auscultação alargado, combinando diferentes métodos de participação e recolha de contributos. O processo decorreu em duas fases complementares:

1. **Diagnóstico participativo**, realizado até 31 de janeiro de 2025, através de uma audição pública aberta à sociedade civil e às pessoas com deficiência; e **Consulta institucional**, com análise dos relatórios e contributos das entidades executoras da ENIPD 2021-2025, permitindo identificar avanços, constrangimentos e lições aprendidas.
2. **Fase de aprofundamento e co-construção** desenvolvida a partir dos resultados do diagnóstico, através da realização de sessões de trabalho setoriais, grupos focais, encontro de autorrepresentantes e recolha de propostas das unidades orgânicas do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.).

Os contributos recebidos reforçaram a necessidade de atualizar a estrutura, a metodologia e o sistema de monitorização da Estratégia, assegurando uma execução mais eficaz, participada e centrada em resultados.

Processo de trabalho colaborativo

O processo foi dinamizado pelo INR, I.P. e assentou numa metodologia participativa e interinstitucional, com envolvimento direto de entidades públicas, organizações da sociedade civil, parceiros sociais e representantes das pessoas com deficiência.

Foram realizadas sessões de trabalho setoriais organizadas em torno das cinco áreas-chave: Territórios; Cidadania; Educação; Emprego e Formação; e Saúde. Estas sessões reuniram representantes de várias áreas governativas promovendo a partilha de experiências e a construção conjunta de soluções.

Paralelamente, decorreram sessões de Grupos Focais com Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD) de âmbito nacional, regional e local. Realizou-se igualmente um Encontro de Autorrepresentantes, destinado à recolha de contributos diretos de pessoas com deficiência, reforçando a dimensão participativa e inclusiva do processo.

Adicionalmente, foi promovida a recolha de propostas das Unidades Orgânicas do INR, I.P., visando a definição de linhas de ação específicas por área-chave, articuladas com as prioridades identificadas nas diferentes etapas do processo.

Este processo permitiu consolidar um conjunto de propostas integradas e coerentes, que se traduzem em linhas de ação concretas para a nova EDPD 2026-2030. Os contributos recolhidos evidenciaram, ainda, a necessidade de introduzir um eixo transversal – “Governança, Dados e Participação” – reforçando a importância da coordenação interinstitucional, da monitorização informada e da participação contínua das pessoas com deficiência.

Desta forma, o processo assume-se como um contributo estruturante para a proposta final, apresentada publicamente no final de 2025, reafirmando o compromisso do Estado português com a transparência, a cooperação institucional e a inclusão ativa das pessoas com deficiência na definição das políticas que lhes dizem respeito.

A adoção de um modelo colaborativo e participativo implica desafios significativos, que a Estratégia reconhece e procura antecipar:

- Criar contextos de interação social inclusivos, que promovam o respeito, a empatia e a diversidade de experiências;
- Desenvolver estratégias de comunicação acessíveis, que favoreçam a compreensão mútua e a participação equitativa;
- Reforçar a educação cívica e a cultura de participação, estimulando a corresponsabilidade social;
- Consolidar redes colaborativas territoriais, que articulem os diferentes níveis de intervenção e assegurem a proximidade às comunidades;
- Garantir coordenação interinstitucional efetiva e orçamentação adequada, fatores decisivos para a eficácia e sustentabilidade das ações.

O sucesso da EDPD 2026-2030 dependerá, assim, de um compromisso político e técnico sólido, que una todas as entidades públicas, organizações e cidadãos em torno de um objetivo comum: tornar Portugal um país plenamente inclusivo.

A EDPD 2026-2030 procura, assim, traduzir o princípio fundamental que lhe dá origem:

Uma sociedade é verdadeiramente inclusiva quando todos os seus cidadãos podem contribuir e participar em igualdade de condições.

III ANEXOS

SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DA AUDIÇÃO PÚBLICA

A presente síntese reúne e organiza, por área-chave, os contributos provenientes de entidades públicas, associações representativas, instituições de ensino superior, organizações do setor social, organismos independentes e pessoas singulares. A consolidação que se apresenta visa oferecer uma visão integrada e coerente das principais propostas e prioridades apontadas, agrupadas nas áreas-chave: Territórios, Cidadania, Educação, Emprego e Formação e Saúde, procurando refletir o conteúdo dos contributos originais e assegurar uma leitura articulada entre políticas setoriais e metas de inclusão.

Síntese Integrada dos Contributos – Área-Chave Territórios

1. Coordenação Territorial e Envolvimento dos Municípios

Reforçar a participação ativa dos municípios como interlocutores diretos na concretização territorial da inclusão.

Assegurar coordenação intersetorial entre ministérios, autarquias, IPSS e entidades locais para uma abordagem transversal.

Criar Gabinetes Municipais de Inclusão com técnicos qualificados para apoiar a execução local das políticas de acessibilidade e vida independente.

Desenvolver parcerias com municípios e entidades públicas ou privadas para consultoria na eliminação de barreiras físicas e digitais em espaços culturais, escolas, transportes, praias, equipamentos de reciclagem e desportivos.

Articular políticas de habitação, mobilidade e acessibilidade com o planeamento urbano e os instrumentos de gestão territorial.

Enfatizar o papel das autarquias na concretização territorial da inclusão, com recursos e competências descentralizadas e acesso a financiamento dedicado.

Criar selo “Território Inclusivo” e rede de Centros de Referência para a Inclusão, reconhecendo municípios com boas práticas.

Promover campanhas e ações de sensibilização locais dirigidas a operadores económicos e cidadãos sobre acessibilidade e cidadania inclusiva.

2. Habitação e Acessibilidade no Edificado

Identificar e implementar medidas de acesso à habitação acessível e adaptada às necessidades das pessoas com deficiência.

Reservar fogos municipais com rendas ajustadas para pessoas com deficiência em processo de autonomização.

Criar residências autónomas em parceria com autarquias e comunidades inclusivas (ex.: para pessoas surdas e surdocegas, com ambiente linguístico em LGP e apoio técnico especializado).

Desenvolver programas de incentivo à habitação colaborativa e comunitária, favorecendo a inclusão social e a entreaajuda.

Criar subsídios para adaptação de edifícios e casas e rever o crédito bonificado à habitação (Lei 64/2014).

Elaborar protocolos entre Estado, autarquias e instituições sociais para disponibilizar habitação a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Monitorizar a acessibilidade habitacional através da Caderneta Digital da Habitação.

Continuar a reabilitação de edifícios públicos e respostas sociais (ex.: CACI), garantindo acessibilidade plena.

Promover auditorias técnicas e levantamentos nacionais sobre a acessibilidade física e comunicacional de edifícios públicos e privados.

Garantir financiamento específico às autarquias e comércio local para eliminação de barreiras arquitetónicas.

3. Mobilidade e Acessibilidade nos Transportes e Espaço Público

Tornar todas as vilas e cidades acessíveis, em termos físicos, arquitetónicos, comunicacionais e de transportes.

Assegurar acessibilidade plena nos meios de transporte públicos (ferroviários, rodoviários, fluviais, táxis e TVDE).

Condicionar o financiamento público de frotas à aquisição apenas de veículos acessíveis.

Criar rede nacional de transportes acessíveis, apoiando a autonomia e a inclusão.

Eliminar obstáculos físicos em paragens, cais, estações e interfaces, e criar percursos pedonais acessíveis e seguros.

Instalar linhas-guia, pisos táteis, faixas de encaminhamento e dispositivos sonoros em todas as paragens e torniquetes.

Adotar sinalética acessível (leitura fácil, contraste adequado, cor para daltónicos) e alertas visuais e sonoros.

Criar selo “Operadora Inclusiva” para empresas de transporte que cumpram critérios de acessibilidade.

Fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade e aplicar coimas por incumprimento em vias públicas e edifícios públicos.

Criar app móvel para identificação de pontos negros de mobilidade, mapa interativo da acessibilidade e guia digital de mobilidade urbana acessível (transportes, táxis, TVDE).

Incluir alertas e informação de acessibilidade em aplicações móveis e sistemas públicos de informação.

Integrar medidas de mobilidade ativa (andar a pé, bicicleta, cadeiras de rodas) nos Planos Municipais de Mobilidade Sustentável, em linha com a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa 2030.

Valorizar boas práticas locais, como programas “Vou a pé para a escola”.

4. Energia, Sustentabilidade e Combate à Pobreza Energética

Reforçar políticas de mitigação da pobreza energética, com impacto direto na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Assegurar acessibilidade física e informativa em todos os serviços e equipamentos ambientais (ex.: ecopontos).

Promover Espaços Cidadão Energia como pontos de apoio à gestão de faturas e adoção de soluções sustentáveis e inclusivas.

Incluir a dimensão da deficiência nas políticas ambientais e de energia, assegurando prioridade no restabelecimento de serviços (eletricidade/gás) e comunicação acessível em caso de falhas.

Estimular projetos de energia acessível e sustentável, adaptados a famílias com pessoas com deficiência.

Dinamizar iniciativas de turismo e mobilidade sustentáveis com certificação ISO 21902 –Turismo Acessível.

5. Acessibilidade em Obras e Empreitadas Públicas

Incluir critérios de acessibilidade universal em todas as fases das empreitadas públicas (planeamento, projeto, execução e fiscalização).

Criar checklists técnicas de acessibilidade obrigatórias nos cadernos de encargos.

Reforçar a formação e qualificação de dirigentes, técnicos de autarquias e equipas de obras.

Garantir supervisão e licenciamento rigoroso segundo o DL 163/2006, com remissão para obrigações anteriores (1997).

Aplicar sanções e coimas sempre que se verifique incumprimento das normas de acessibilidade.

Criar referencial de apoio técnico e promover a inclusão da temática em cursos especializados.

6. Redução do Risco de Catástrofe e Proteção Civil Inclusiva

Adaptar os planos de emergência nacionais, regionais e locais às necessidades das pessoas com deficiência.

Criar linha de financiamento para aquisição de material, sistemas de alerta e apoio à evacuação.

Elaborar manuais e guias orientadores e desenvolver instrumentos de sensibilização que apoiem os municípios na inclusão da deficiência nos Planos Municipais de Proteção Civil.

Promover formação técnica e ações de sensibilização para profissionais e equipas municipais nesta temática.

Divulgar informação acessível sobre autoproteção, especialmente junto de pessoas em situação de sem-abrigo.

7. Comunicação, Informação e Serviços Acessíveis

Garantir informação universal e acessível, em todos os serviços públicos e plataformas digitais.

Criar Norma Técnica de Qualidade para Acessibilidade na Comunicação Pública.

Promover acessibilidade nos serviços de atendimento ao público com instalação de sistemas de loop/anel de indução magnética.

Reforçar legislação sobre rotulagem em Braille e acompanhamento em superfícies comerciais.

Incentivar o uso do selo Web de Acessibilidade e Usabilidade em sites e portais do Estado.

Criar equipas especializadas para disponibilização de documentos e informação acessíveis.

Promover acessibilidade em serviços bancários, crédito e seguros, eliminando práticas discriminatórias.

Incentivar o uso de tecnologias de apoio (ex.: apps de tradução em LGP, audiodescrição, leitura fácil).

Criar guias e normas técnicas para destinos turísticos e eventos acessíveis.

Garantir apoio direto e personalizado às candidaturas a fundos comunitários, inclusive através de IA.

8. Coesão Territorial das Respostas Sociais

Avaliar necessidades regionais em serviços e respostas sociais.

Criar incentivos financeiros para abertura de centros de apoio, lares e respostas de vida independente em zonas carenciadas.

Reforçar a articulação entre IPSS, ONGPD e Municípios, criando sistema integrado nacional de informação sobre recursos e apoios disponíveis.

Desenvolver novas tipologias de respostas sociais inovadoras e de proximidade, ajustadas às necessidades locais.

Criar estruturas residenciais inclusivas, com ambiente linguístico favorável em LGP e apoio a famílias surdas (CODA).

Garantir equidade territorial no acesso a serviços essenciais (saúde, justiça, educação, energia e comunicação).

Síntese Final da Área-Chave Territórios

A área de Territórios assume papel estruturante na concretização local da inclusão.

Os contributos da auscultação pública convergem em torno de cinco princípios:

- Coordenação intersetorial entre níveis de governação.
- Planeamento urbano acessível e sustentável.
- Habitação e mobilidade inclusivas.
- Formação e fiscalização contínuas.
- Proximidade e coesão territorial das respostas sociais.

Síntese Integrada dos Contributos – Área-Chave Cidadania

1. Estrutura e Metodologia da Estratégia

Reforçar a importância de dar continuidade à metodologia da anterior Estratégia, assegurando coerência na definição das linhas de ação, metas, indicadores e fontes de financiamento.

Identificar claramente as entidades coordenadoras por medida ou área-chave, garantindo eficácia e evitando duplicação de responsabilidades.

Propor medidas que sejam exequíveis, monitorizáveis e alinhadas com os compromissos internacionais, nomeadamente a CDPD e as diretrizes europeias.

Propor indicadores SMART, e a inclusão das pessoas com deficiência em todas as fases de planeamento, implementação e avaliação da Estratégia.

2. Coordenação Interinstitucional e Envolvimento dos Organismos

Valorizar a colaboração transversal entre organismos governamentais, autarquias, ONGPD e entidades privadas, de modo a reforçar a abordagem integrada da cidadania.

Criar um Grupo de Trabalho (GT) interministerial para mapear todas as estratégias nacionais com impacto na deficiência, garantindo coerência com a CDPD.

Envolver as equipas técnicas na preparação de contributos e na concretização das medidas, promovendo a partilha de informação e boas práticas.

Desburocratizar o acesso a linhas de financiamento para instituições e projetos que trabalhem a cidadania e os direitos das pessoas com deficiência.

3. Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

Reafirmar o compromisso com a cidadania ativa e a igualdade de direitos, promovendo a não discriminação e o combate a todas as formas de exclusão.

Rever os mecanismos de fiscalização e sanção de queixas por discriminação (Lei 46/2006) e o reforço da fiscalização de incumprimentos de direitos consagrados.

Desenvolver programas específicos para vítimas de multidiscriminação, com apoio especializado e medidas de proteção adequadas.

Incentivar o reforço da autorrepresentação, o apoio à formação de lideranças e a integração da deficiência em todas as políticas públicas.

Criar um cartão AMIM digital, acessibilidade bancária plena e eliminação de renovações desnecessárias de benefícios e documentos oficiais.

4. Acessibilidade, Comunicação e Cultura Cívica

Reforçar a acessibilidade universal, incluindo a acessibilidade física, sensorial, comunicacional e digital.

Fiscalizar a aplicação do Decreto-Lei n.º 83/2018 e estimular a conformidade de websites públicos e privados com as normas internacionais.

Criar um Observatório da Acessibilidade Digital, com rankings de usabilidade e relatórios públicos sobre portais e aplicações da Administração Pública.

Reforçar o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) como língua oficial, assegurando uma bolsa de horas de interpretação financiada pelo Estado, a legendagem em português no cinema e na televisão (com 1/8 do ecrã em LGP) e a formação de intérpretes especializados (LGP Tátil e Gestos Internacionais).

Criar mecanismos de apoio aos filhos de adultos surdos (CODA), à sua integração social e familiar, e capacitar as ONGPD para a elaboração de projetos.

Assegurar a obrigatoriedade de acessibilidade nos materiais informativos e culturais financiados por fundos públicos, incluindo Braille, áudio, caracteres ampliados e formatos digitais acessíveis.

5. Participação Política, Justiça e Representação Legal

Criar a figura de facilitador ou mediador de comunicação nos processos judiciais e administrativos, assegurando a participação plena das pessoas com deficiência.

Rever e regulamentar melhor o Regime do Maior Acompanhado, criando uma rede pública de profissionais e articulando-a com o Modelo de Apoio à Vida Independente.

Criar um regime específico para a tutela de pessoas com deficiência em casos de divórcio ou perda familiar e instituir entidades de representação pública ou privada nestes contextos.

Recomenda-se que todo o financiamento público a projetos culturais e comunicacionais esteja condicionado à garantia de acessibilidade plena.

6. Financiamento, Monitorização e Sustentabilidade

Assegurar uma planificação financeira realista, com identificação das fontes de financiamento nacionais e europeias.

Criar um repositório de dados administrativos sobre deficiência, permitindo a caracterização estatística, a avaliação de impacto e o desenho de políticas baseadas em evidência.

Valorizar o papel do cuidador informal, reforçando o apoio financeiro e o reconhecimento formal, bem como alargando a capacidade dos CAVI e criando novos centros.

Adotar metas mensuráveis e sistemas de acompanhamento e monitorização contínua, com relatórios públicos de progresso.

7. Comunicação, Sensibilização e Cultura de Direitos

Investir em campanhas públicas de sensibilização, incentivar o associativismo e valorizar positivamente a deficiência nos media.

Reforçar a formação de profissionais da Administração Pública e de serviços públicos sobre deficiência e direitos humanos.

Promover uma cultura de respeito, empatia e escuta ativa, reconhecendo como válidas todas as formas de expressão e comunicação.

A cidadania plena deve traduzir-se no direito à voz, à participação nas decisões políticas, e à visibilidade pública das pessoas com deficiência como protagonistas da mudança social.

Síntese Final da Área-Chave Cidadania

A área de Cidadania assume um papel estruturante na Estratégia, enquanto eixo transversal de concretização dos direitos humanos e de promoção da igualdade de oportunidades. O exercício pleno da cidadania implica garantir que todas as pessoas, independentemente da sua deficiência, possam participar ativamente na vida pública, aceder à informação, usufruir dos espaços e serviços e contribuir para a construção de comunidades mais inclusivas, justas e acessíveis.

Os contributos recolhidos no processo de auscultação pública convergem em torno de cinco princípios centrais:

- Participação e Representação Ativa
- Acessibilidade Universal e Comunicação Inclusiva
- Igualdade, Não Discriminação e Justiça Social
- Coerência Institucional e Governação Partilhada
- Cultura de Direitos e Sensibilização Social

Síntese Integrada dos Contributos – Área-Chave Educação

1. Educação Inclusiva e Universal

Consolidar o Regime Jurídico da Educação Inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018), assegurando a sua aplicação efetiva em todas as escolas e níveis de ensino.

Adaptar currículos, metodologias e avaliações, garantindo flexibilidade pedagógica e reconhecimento das diferentes formas de aprendizagem.

Desenvolver planos individuais de acompanhamento e planos de transição pós-escolar, permitindo percursos educativos personalizados e continuados.

Reduzir o abandono escolar precoce entre jovens com deficiência, através de medidas de apoio, tutoria e acompanhamento psicossocial.

2. Acessibilidade Física, Digital e Comunicacional

Garantir a acessibilidade universal nas escolas, universidades e centros de formação.

Realizar auditorias regulares à acessibilidade dos edifícios escolares e dos espaços académicos.

Assegurar, em ambiente digital, o cumprimento das normas WCAG em todas as plataformas e recursos educativos, em articulação com o ensino superior para o desenvolvimento de tecnologias de apoio.

Criar um selo de inclusão para as instituições de ensino que cumpram critérios de acessibilidade e apoio, incentivando boas práticas.

Garantir a acessibilidade em eventos académicos, atividades extracurriculares e serviços de ação social, bem como a adaptação de materiais e a possibilidade de avaliação em Língua Gestual Portuguesa (LGP).

3. Língua Gestual Portuguesa e Comunicação Inclusiva

Reforçar o reconhecimento da LGP como língua de ensino e comunicação no espaço educativo.

Introduzir a disciplina de LGP ao longo da escolaridade obrigatória e no ensino superior, garantindo um mínimo de dois anos letivos de contacto obrigatório.

Disponibilizar intérpretes de LGP e LGP Tátil em todas as fases do percurso académico, incluindo candidaturas, aulas, avaliações e defesas de projetos.

Assegurar o acesso de encarregados de educação surdos a reuniões escolares com intérpretes assegurados pelas escolas, eliminando encargos financeiros para as famílias.

Promover a formação em LGP para familiares de alunos surdos, facilitando a comunicação no seio familiar e comunitário.

4. Formação e Capacitação dos Profissionais

Assegurar a formação contínua como condição essencial da qualidade educativa.

Promover formação obrigatória para docentes e não docentes sobre práticas inclusivas, tecnologias de apoio, deficiência sensorial, motora e neurodivergências.

Integrar conteúdos sobre atendimento humanizado, inclusão e direitos humanos nos cursos de saúde, educação, forças de segurança e demais formações públicas.

Reforçar a formação técnica para equipas multidisciplinares (psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, especialistas em tecnologia de apoio) com papel ativo no acompanhamento dos estudantes.

5. Ensino Superior e Transição de Ciclos

Uniformizar procedimentos e critérios de apoio inclusivo entre universidades e politécnicos, públicos e privados, garantindo equidade.

Implementar equipas multidisciplinares permanentes no ensino superior, articuladas com os Serviços de Ação Social, para acompanhamento individual e apoio à integração.

Desenvolver programas de transição do ensino secundário para o superior, com informação acessível, apoio técnico e ações de preparação.

Reforçar a representatividade de estudantes com deficiência em grupos de trabalho e decisões institucionais sobre inclusão e diversidade.

6. Educação para os Direitos Humanos e Cidadania

Promover a educação para os direitos humanos, a igualdade e a diversidade desde o ensino obrigatório.

Desenvolver ações de sensibilização nas escolas e universidades que envolvam toda a comunidade educativa, combatendo estigmas e promovendo o respeito pela diferença.

Integrar a cidadania inclusiva como eixo transversal nos currículos, nas práticas pedagógicas e na cultura organizacional das instituições educativas.

Síntese Final da Área-Chave: Educação

A área da Educação assume um papel decisivo na Estratégia enquanto base para o exercício de todos os outros direitos. A escola inclusiva é vista como o espaço onde se constroem as competências, a autonomia e o sentido de pertença social das pessoas com deficiência.

- Os contributos recolhidos convergem em torno de quatro princípios estruturantes:
- Educação para todos, ao longo da vida, com respostas flexíveis, personalizadas e centradas na pessoa;
- Acessibilidade universal e comunicação inclusiva, em todos os ambientes, físicos, digitais e sociais;
- Capacitação dos profissionais e equipas multidisciplinares, como condição para uma resposta educativa de qualidade;
- Participação ativa e corresponsabilidade dos estudantes, famílias e instituições, num modelo de governação educativa inclusiva e partilhada.
- A concretização destes princípios requer uma coordenação intersetorial efetiva, o reforço da formação, a monitorização sistemática da acessibilidade e o investimento continuado em tecnologias de apoio. A EDPD 2026-2030 deverá consolidar uma visão integrada da educação como direito e como caminho para a cidadania plena, garantindo que todas as pessoas com deficiência possam aprender, participar e realizar o seu potencial em igualdade de oportunidades.

Síntese Integrada dos Contributos – Área-Chave Emprego e Formação

1. Formação Profissional e Qualificação

Os contributos da auscultação pública sublinham a necessidade de rever profundamente o modelo de formação profissional para pessoas com deficiência, com foco na inclusão e na valorização das competências individuais:

Adaptar os centros de formação regulares do IEFP (física, tecnológica e humanamente), garantindo condições de acesso universais.

Incentivar a frequência de centros regulares por pessoas com deficiência, evitando a segregação e promovendo contextos formativos inclusivos.

Aumentar a componente prática da formação, com mais horas em contexto real de trabalho e menos em ambiente exclusivamente teórico.

Criar e financiar percursos formativos inovadores, ajustados às necessidades individuais e ao perfil funcional de cada pessoa.

Promover parcerias com o ensino superior e entidades privadas para o desenvolvimento de tecnologias de apoio e metodologias adaptadas.

Promover programas de formação contínua para profissionais de diferentes áreas (saúde, forças de segurança, militares, técnicos de atendimento público) em boas práticas de interação com pessoas com deficiência.

Criar workshops e unidades curriculares em cooperação com ONGPD para sensibilização e partilha de experiências sobre deficiência e inclusão.

Promover formação específica para atendimento a pessoas surdas e surdocegas, incluindo conhecimentos básicos de comunicação inclusiva.

2. Emprego Inclusivo e Acesso ao Mercado de Trabalho

Tornar o mercado de trabalho mais acessível e inclusivo constitui uma prioridade consensual:

Reorganizar a rede de Centros de Recursos de Apoio à Inclusão Profissional, promovendo a sua transição para uma rede de suporte articulada com os serviços públicos de emprego.

Criar a figura do “Mediador/a para o Emprego”, que acompanhe todo o processo — recrutamento, seleção, colocação e progressão profissional.

Rever o modelo de apoio à integração laboral e o CEAMA, com procedimentos mais céleres e prazos vinculativos, evitando atrasos na aprovação de apoios.

Rever as percentagens de apoio à contratação, tornando-as mais compensatórias para as entidades empregadoras e estimulando a criação de emprego sustentável.

Criar uma estrutura nos serviços centrais do IEFP dedicada à inclusão de pessoas com deficiência, garantindo coerência e monitorização das políticas.

Garantir a fiscalização efetiva da Lei n.º 4/2019 (Sistema de Quotas para Pessoas com Deficiência), com aplicação de contraordenações às entidades em incumprimento.

Apoios financeiros céleres e eficazes aos empregadores para adaptação de postos de trabalho e contratação de pessoas com deficiência.

Promover o emprego inclusivo no setor do turismo, através de certificações como a Norma Portuguesa ISO 21902:2022 e de iniciativas como o programa Centros Históricos para Todos.

3. Direitos Laborais e Conciliação da Vida Familiar

Reforçar os direitos laborais e a conciliação da vida familiar constitui uma prioridade identificada nos contributos recolhidos:

- Adaptar o Código do Trabalho, assegurando:
- o direito ao teletrabalho para um dos progenitores de crianças com deficiência.
- a isenção de trabalho noturno para um dos pais.

Contabilizar o tempo de assistência a descendentes com deficiência para efeitos de reforma.

Estas medidas visam apoiar famílias cuidadoras e promover uma conciliação equilibrada entre vida profissional e familiar.

4. Empreendedorismo e Inovação

Incentivar novas formas de participação económica das pessoas com deficiência constitui um objetivo central dos contributos recolhidos:

Criar medidas de incentivo ao empreendedorismo e ao autoemprego, com acompanhamento técnico especializado.

Apoiar e validar abordagens formativas inovadoras, com possibilidade de financiamento de percursos personalizados e sustentáveis.

Adotar modelos de financiamento por resultados, valorizando as entidades que efetivamente promovem a integração profissional.

Síntese Final da Área-Chave Emprego e Formação

A área de Emprego e Formação assume um papel estruturante na Estratégia ao articular capacitação, igualdade de oportunidades e inovação social.

Os contributos da auscultação pública convergem em torno de quatro princípios orientadores:

- Inclusão efetiva e valorização das competências: transição de modelos segregadores para ambientes formativos e laborais inclusivos.
- Responsabilização institucional e cumprimento legal: monitorização da aplicação da Lei das Quotas e criação de estruturas dedicadas à inclusão.
- Equidade e conciliação familiar: reforço dos direitos dos cuidadores e das famílias.
- Promoção de uma economia inclusiva e inovadora: aposta no empreendedorismo, nas tecnologias de apoio e na formação contínua.

Esta área destaca-se como eixo determinante para a autonomia económica e social das pessoas com deficiência, promovendo uma sociedade mais justa, produtiva e diversificada.

Síntese Integrada dos Contributos – Área-Chave Saúde

1. Produtos de Apoio e Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM)

Rever e simplificar o regime de atribuição do AMIM, com digitalização do processo e critérios mais justos para pessoas com deficiência intelectual ou mental.

Criar um cartão digital substitutivo do documento físico, facilitando o acesso e a atualização.

Reduzir os períodos de espera para as Juntas Médicas de Avaliação de Incapacidade (JMAI), através de planos de recuperação de pendências e incentivos aos profissionais.

Assegurar o cumprimento dos prazos legais de convocação das JMAI e reforçar a sua composição multidisciplinar (fisiatras, terapeutas, psicólogos).

Recolher e digitalizar os atestados emitidos antes de 2018, contribuindo para o conhecimento estatístico nacional e para a inclusão nos Censos.

Diferenciar, no AMIM, as situações de deficiência congénita, com reconhecimento automático de grau igual ou superior a 80%.

Capacitar os técnicos das entidades envolvidas na avaliação e emissão do AMIM.

Garantir o acesso equitativo a serviços de saúde, eliminando fatores de discriminação.

Assegurar a comparticipação adequada de medicamentos e investir em terapias especializadas, como terapia da fala e fisioterapia neurológica.

Melhorar o acesso das mulheres com deficiência a cuidados pré-natais e contraceção.

Reforçar a resposta na área da fisioterapia, assegurando acessibilidade física e comunicacional nas clínicas.

Implementar programas de intervenção precoce dirigidos a crianças e jovens.

Incentivar a investigação em doenças raras e a criação de protocolos de acompanhamento diferenciado nos cuidados primários.

2. Qualificação e Sensibilização dos Profissionais de Saúde

Assegurar a capacitação contínua dos profissionais de saúde para uma intervenção inclusiva e centrada nos direitos das pessoas com deficiência.

Promover formações e ações de sensibilização sobre comunicação acessível, atendimento diferenciado e ética no tratamento das pessoas com deficiência.

3. Comunicação Acessível e Informação Inclusiva

Adaptar a linguagem e reforçar a acessibilidade digital dos sites e comunicações do SNS e de outros organismos públicos.

Disponibilizar linhas telefónicas de emergência e apoio emocional acessíveis, com atendimento em Língua Gestual Portuguesa, português escrito e gestos internacionais.

Reativar o acesso ao 112 e incluir outras linhas de apoio (violência doméstica, SIDA, demência, saúde pública, cancro, entre outras) com acessibilidade comunicacional garantida.

4. Protocolos e Avaliação Inclusiva

Estabelecer protocolos entre entidades públicas e privadas para facilitar processos avaliativos médico-legais inclusivos.

Garantir adaptações adequadas na avaliação de pessoas surdas e cegas, com intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e instrumentos em Braille.

5. Saúde Oral

Rever o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO), alargando a cobertura para além das idades de 7, 10 e 13 anos.

Assegurar cuidados de saúde oral continuados para pessoas com deficiência em todas as fases da vida.

Reconhecer a ligação entre saúde oral e doenças sistémicas (diabetes, cardiovasculares, respiratórias).

Criar mecanismos de apoio financeiro às famílias, para garantir igualdade no acesso.

6. Saúde e Proteção na 3.ª Idade

Criar atendimento geriátrico integrado, combinando cuidados médicos, psicológicos e de reabilitação numa abordagem holística.

Reforçar as políticas de proteção social, com foco na prevenção de abusos financeiros, negligência e violência doméstica.

Alargar as políticas sociais de proteção às pessoas com deficiência na 3.ª idade.

Síntese Final da Área-Chave: Saúde

A área da saúde assume um papel estruturante na promoção da autonomia, da qualidade de vida e da igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência.

Os contributos da auscultação pública convergem em torno de cinco princípios fundamentais:

- Acesso equitativo e universal aos cuidados de saúde, eliminando barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.
- Revisão e modernização dos instrumentos de avaliação e certificação da deficiência, assegurando processos céleres, transparentes e inclusivos.
- Capacitação contínua dos profissionais de saúde, para garantir uma resposta humanizada, informada e centrada na pessoa.
- Promoção da acessibilidade na comunicação e nos serviços públicos de saúde, garantindo o direito à informação e à participação.

Valorização da saúde ao longo do ciclo de vida, com particular atenção à infância e à 3.ª idade, assegurando acompanhamento e proteção social adequados.

SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DAS REUNIÕES SETORIAIS por área-chave (Territórios, Cidadania, Educação, Emprego e Formação, Saúde)

SÚMULA DAS REUNIÕES SETORIAIS – ÁREA-CHAVE TERRITÓRIOS

1. Introdução

Datas das reuniões:

- 30 de setembro de 2025
- 14 de outubro de 2025
- 21 de outubro de 2025
- 28 de outubro de 2025

Participantes (presenciais e online):

INR, I.P., Ministério do Ambiente e Energia, Infraestruturas e Habitação, Turismo de Portugal, Administração Interna, Habitação, Negócios Estrangeiros, Museus e Monumentos de Portugal, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Gabinete dos Assuntos Parlamentares.

2. Desenvolvimento

Principais temas abordados:

- Definição das linhas de ação do eixo Territórios da Nova Estratégia Nacional 2026-2030;
- Enquadramento dos contributos das áreas do ambiente, energia, habitação, turismo, mobilidade e administração local;
- Identificação de sinergias interministeriais e articulação com os eixos de Cidadania e Emprego e Formação;
- Reforço da acessibilidade universal, mobilidade sustentável, combate à pobreza energética e inclusão territorial;
- Necessidade de metas realistas e mensuráveis, articuladas com programas nacionais e europeus de financiamento.

Questões críticas identificadas:

- Fragmentação das medidas e ausência de coordenação intersectorial;
- Necessidade de garantir a exequibilidade e financiamento das propostas;
- Falta de articulação entre políticas públicas de habitação, mobilidade e ambiente;
- Desafios na implementação local, dependente da cooperação entre Estado e municípios; Resistência de algumas entidades privadas ao cumprimento das quotas de emprego.

Contributos relevantes por entidade:

- INR, I.P.: coordenação geral dos trabalhos e definição da metodologia de recolha e consolidação das linhas de ação;
- Ambiente e Energia: políticas de transição energética justa, combate à pobreza energética, inclusão em planos de emergência climática e educação ambiental;
- Ambiente e Energia / Fundo Ambiental: integração de medidas de financiamento nos programas de transição ecológica;
- Infraestruturas e Habitação: melhoria da eficiência energética e conforto habitacional, promoção da mobilidade sustentável e incentivo ao transporte flexível/adaptado;
- Administração Interna: estudo sobre o voto acessível e integração da acessibilidade nos planos municipais e nacionais de emergência; Turismo de Portugal: certificação de entidades na Norma Portuguesa de Turismo Acessível (NP 4523), criação de itinerários turísticos acessíveis e promoção da empregabilidade de pessoas com deficiência no setor; proposta de integração numa linha estruturante 'Territórios Inclusivos';
- ANMP: criação do Selo 'Território Inclusivo', inclusão digital e conectividade, desenvolvimento sustentável e redes de apoio comunitário;
- Museus e Monumentos de Portugal: contributos na dimensão do património cultural acessível.

3. Conclusões e sugestões

Linhas de ação:

1. Habitação segura e eficiente, com combate à pobreza energética e promoção do conforto térmico;
2. Mobilidade sustentável e acessível, promovendo transportes inclusivos, frotas adaptadas e conectividade digital;
3. Turismo acessível e competitivo, integrando certificação, itinerários e empregabilidade inclusiva;
4. Literacia ambiental e energética, através da formação de mediadores e capacitação comunitária;
5. Territórios inclusivos, como eixo agregador da coesão social e da competitividade local;
6. Planeamento urbano e proteção civil acessíveis, assegurando participação das pessoas com deficiência nos planos de emergência;
7. Inovação e conectividade territorial, promovendo digitalização e redes locais de apoio.

Linhas prioritárias:

- Acessibilidade universal como motor de competitividade territorial;
- Mobilidade e energia sustentáveis ao serviço da inclusão;
- Turismo acessível como vetor de desenvolvimento económico e social;
- Cooperação Estado-Municípios na implementação das medidas.

Linhas complementares sugeridas:

- Selo 'Território Inclusivo' (ANMP);
- Integração da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária – 'Visão Zero';
- Articulação com o Plano Social para o Clima e Fundo Ambiental.

SÚMULA DAS REUNIÕES SETORIAIS – ÁREA-CHAVE CIDADANIA**1. Introdução**

Datas das reuniões:

- 2 de outubro de 2025
- 16 de outubro de 2025
- 23 de outubro de 2025
- 30 de outubro de 2025

Participantes (presenciais e online):

INR, I.P., Ministérios da Presidência, Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Cultura, Juventude e Desporto, Assuntos Parlamentares Turismo de Portugal, DGPI, Museus e Monumentos de Portugal, AMA/ARTE, PLANAPP, Instituto da Segurança Social, ANMP.

2. Desenvolvimento**Principais temas abordados:**

- Enquadramento e metodologia da nova Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030, com foco na Área-Chave Cidadania;
- Definição de objetivos estratégicos: acessibilidade, vida independente, cidadania ativa e justiça inclusiva;
- Revisão e articulação das linhas de ação com outros eixos da Estratégia;
- Necessidade de medidas exequíveis, articuladas entre tutelas e com financiamento assegurado;
- Planeamento da entrega do documento-base até 7 de novembro de 2025.

Questões críticas e desafios identificados:

- Necessidade de evitar repetição de medidas de estratégias anteriores e assegurar execução efetiva;
- Falta de coordenação interinstitucional e de atribuição clara de responsabilidades;
- Fragilidade de indicadores de monitorização e de financiamento sustentado;
- Dificuldade de recolha de contributos de alguns serviços;

- Urgência em consolidar linhas de ação realistas e integradas nas atividades das entidades públicas.

Contributos relevantes por entidade:

- Justiça: inclusão processual, comunicação acessível, atualização do Guia da Justiça e estudo sobre a aplicação da Lei Europeia da Acessibilidade;
- Segurança Social: reforço da rede de serviços sociais, apoio ao cuidador informal, revisão do MAVI e simplificação de prestações sociais;
- Ministério da Cultura, Juventude e Desporto: medidas de acessibilidade cultural e desportiva, bilhetes gratuitos para acompanhantes e inclusão nos planos nacionais da juventude e igualdade;
- Gabinete dos Assuntos Parlamentares: integração entre cidadania e educação para reforçar a inclusão no mercado de trabalho.
- Turismo de Portugal: promoção da acessibilidade turística, capacitação de agentes e criação de centros históricos acessíveis;
- AMA / ARTE: articulação com cidadania digital e Observatório da Acessibilidade; desenvolvimento de aplicações móveis acessíveis e formação em acessibilidade digital;
- Museus e Monumentos de Portugal: integração da Rede Portuguesa de Museus em ações de capacitação cultural;
- ANMP: reativação do Selo Território Inclusivo, capacitação digital e social e estímulo à participação pública.

3. Conclusões e sugestões

Linhas de ação:

1. Capacitação digital e social inclusiva, incluindo formação em acessibilidade tecnológica;
2. Desenvolvimento e monitorização da acessibilidade digital nos serviços públicos;
3. Promoção da vida independente e apoio ao cuidador informal, com reforço do MAVI;
4. Inclusão na justiça e adaptação dos serviços jurídicos às necessidades das pessoas com deficiência;
5. Reforço e modernização das respostas sociais, com enfoque na proximidade territorial;
6. Simplificação e eficiência das prestações sociais;
7. Estímulo à participação pública e política de grupos vulneráveis;
8. Promoção de ambientes inclusivos e prevenção de maus-tratos.

Linhas de ação prioritárias:

- Acessibilidade digital e tecnológica;
- Vida independente e autonomia;
- Inclusão na justiça e comunicação acessível;

- Participação cívica e cidadania ativa.

Linhas de ação complementares sugeridas:

- Selo Território Inclusivo (ANMP);
- Selo de Acessibilidade Cultural (Ministério da Cultura);
- Integração obrigatória das medidas nos planos de atividades dos organismos responsáveis.

SÚMULA DAS REUNIÕES SETORIAIS – ÁREA-CHAVE EDUCAÇÃO

1. Introdução

Datas das reuniões:

- 1 de outubro de 2025
- 15 de outubro de 2025
- 22 de outubro de 2025
- 29 de outubro de 2025

Participantes (presenciais e online):

INR, I.P., Ministérios da Educação, Ciência e Inovação, Assuntos Parlamentares, Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), Direção de Serviços de Apoio ao Estudante / Ensino Superior), Direção-Geral da Educação (DGE).

2. Desenvolvimento

Principais temas abordados:

Enquadramento da nova Estratégia 2026-2030 e balanço da anterior (2021-2025);

- Revisão do Decreto-Lei n.º 54/2018 (Educação Inclusiva) e sua operacionalização;
- Definição da entidade coordenadora da área da Educação (EDUQA – Instituto da Educação, Qualidade e Avaliação);
- Transição para a vida pós-escolar e criação de Planos Individuais de Transição (PIT);
- Acessibilidade nos espaços educativos e regulamentação dos princípios da educação inclusiva;
- Formação e capacitação de docentes, técnicos, assistentes operacionais e alunos;
- Representatividade das pessoas com deficiência no espaço educativo e combate ao bullying;
- Integração da Língua Gestual Portuguesa e acessibilidade no ensino superior;
- Articulação com autarquias e valorização dos balcões da inclusão municipais;
- Desenvolvimento de plataformas de recolha de dados e monitorização de medidas inclusivas;

- Estruturação de linhas de ação e integração das ações nos planos de atividades das entidades.

Questões críticas e contributos:

- Defesa de uma abordagem intersetorial, equipas multidisciplinares e a formação como objetivo estratégico;
- Revisitação de objetivos ainda não concretizados;
- Importância dos PIT e propôs uma linha para o ensino superior;
- Recolha de contributos e o levantamento sobre Língua Gestual Portuguesa;
- Reforço orçamental para inclusão no ensino superior;
- Alinhamento entre investigação e necessidades sociais;
- Articulação entre ministérios e a reorganização de recursos;
- Divulgação de iniciativas locais de prevenção e sensibilização;
- Manifestação de apoio político e interesse no acompanhamento da Estratégia.

3. Conclusões e sugestões

Linhas de ação:

1. Melhorar e reforçar as condições e os mecanismos de apoio e regulação para garantir o acesso equitativo a uma educação inclusiva até ao final da escolaridade obrigatória.
2. Desenvolver e implementar um plano estratégico de formação contínua dos profissionais da educação de forma a capacitá-los para uma ação educativa inclusiva.
3. Melhorar as condições e os mecanismos de transição para a Vida Pós-Escolaridade Obrigatória que permitam a implementação de planos inclusivos e personalizados eficazes.
4. Promover o acesso equitativo a uma educação inclusiva no Ensino Superior.
5. Promover a produção e divulgação de conhecimento e tecnologia com aplicação no domínio da inclusão e práticas inclusivas que sustentem políticas públicas na área da educação, ciência e inovação.

Linhas de ação prioritárias:

- Promover a acessibilidade plena nos espaços e plataformas educativas;
- Regulamentar e operacionalizar os princípios do Decreto-Lei n.º 54/2018;
- Desenvolver Planos Individuais de Transição e reforçar a ligação entre escola, IEFP e entidades sociais;
- Assegurar formação contínua de docentes e técnicos em práticas inclusivas;
- Implementar medidas de inclusão no ensino superior, incluindo Língua Gestual Portuguesa;
- Fomentar a colaboração interinstitucional e a territorialização das políticas educativas;
- Integrar ações nos planos de atividades das entidades responsáveis com mecanismos de

monitorização;

- Criar uma plataforma digital de dados e indicadores de inclusão educativa.

Síntese final:

As quatro reuniões evidenciaram uma forte cooperação entre os organismos governamentais e técnicos, resultando num quadro estratégico comum para a EDPD 2026-2030. Foi sublinhada a importância de consolidar a educação inclusiva como prática sistémica e transversal, reforçando a articulação entre educação, emprego e vida independente, e assegurando que todas as medidas sejam exequíveis, sustentáveis e monitorizáveis.

SÚMULA DAS REUNIÕES SETORIAIS – ÁREA-CHAVE EMPREGO E FORMAÇÃO

1. Introdução

Datas das reuniões:

- 1 de outubro de 2025
- 15 de outubro de 2025
- 22 de outubro de 2025
- 29 de outubro de 2025

Participantes (presenciais e online):

INR, I.P.; Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho; Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP); Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT)); Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.); Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

2. Desenvolvimento

Principais temas abordados:

- Enquadramento e metodologia da nova EDPD 2026-2030;
- Avaliação das medidas da estratégia anterior (2021-2025), identificando constrangimentos e boas práticas;
- Revisão e harmonização de diplomas legais (Decreto-Lei n.º 29/2001 e Lei n.º 4/2019);
- Articulação interinstitucional entre INR, I.P., IEFP, ACT, DGAEP e ANMP;
- Criação de plataformas de informação integradas e harmonização de dados estatísticos;
- Formação profissional inclusiva e capacitação de técnicos e empregadores;
- Emprego inclusivo, fiscalização e promoção da Lei das Quotas, empreendedorismo e turismo inclusivo;
- Discussão do passaporte de acessibilidade e territorialização das políticas de emprego;

- Importância da linguagem inclusiva e da formação em não discriminação;
- Planeamento e consolidação das linhas de ação e validação da matriz de síntese final.

Questões críticas e contributos:

- Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho: assegurou articulação política e técnica;
- DGAEP: destacou limitações de representatividade no estudo anterior e sugeriu medidas de harmonização;
- IEFP: reforçou a importância dos Centros de Recursos e da integração das pessoas com deficiência;
- ACT: recomendou reforço de ações inspetivas, campanhas de sensibilização e revisão dos mecanismos de denúncia;
- ANMP: salientou interoperabilidade de dados, revisão do emprego apoiado e formação nas autarquias;
- INR: coordenou a harmonização dos contributos e destacou coerência técnica;.

Linhas de ação prioritárias:

- Conhecer e caracterizar as pessoas com deficiência e os seus contextos (DGAEP)
- Criar condições de contexto promotoras da empregabilidade das pessoas com deficiência (DGAEP)
- Criar mecanismos que permitam a efetivação da aplicação das medidas promotoras de emprego para pessoas com deficiência na Administração Pública e no setor privado (INR-GAT).
- Territorialização das políticas sociais e de emprego (ANMP)
- Reforço das condições de acessibilidade à oferta formativa desenvolvida nos centros do IEFP, I.P.
- Potenciar a mobilização dos programas e medidas gerais e específicas para melhorar as condições de acesso das pessoas com deficiência ao emprego e formação. (IEFP)
- Aprofundar o trabalho com a rede de parceiros para uma resposta especializada e personalizada (IEFP).
- Promover um ambiente inclusivo em ambiente de formação e emprego (IEFP)
- Campanhas de informação periódicas sobre direitos e deveres (ACT)
- Implementar a Lei n.º 4/2019 – Lei das Quotas – e interligar a informação relativa às matérias de emprego e trabalho (ACT).

Conclusões e sugestões:

- Reduzir e consolidar as linhas estratégicas em 7-8 eixos prioritários;
- Manter metodologia colaborativa com partilha de sínteses e apresentações;
- Criar um quadro de síntese único (matriz EDPD) com contributos de todas as entidades;
- Harmonizar legislação (Lei 4/2019 e DL 29/2001) e desenvolver mecanismos de monitorização;
- Reforçar formação e sensibilização de técnicos e empregadores;
- Desenvolver plataformas transversais de dados e indicadores sobre emprego inclusivo;
- Promover campanhas de informação e planos de mentoria;
- Incentivar o empreendedorismo e o emprego inclusivo no turismo acessível;
- Consolidar trabalho interinstitucional e garantir coerência técnica e terminológica.

Síntese final:

As reuniões evidenciaram forte articulação técnica e política entre as entidades participantes, permitindo alinhar contributos, identificar prioridades e construir a base da futura Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030. Destacou-se o consenso quanto à importância de medidas exequíveis, mensuráveis e sustentáveis, reforçando a formação inclusiva, a fiscalização da igualdade de oportunidades e a integração efetiva das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

SÚMULA DAS REUNIÕES SETORIAIS – ÁREA-CHAVE SAÚDE

1. Introdução

Datas das reuniões:

- 2 de outubro de 2025
- 16 de outubro de 2025
- 23 de outubro de 2025
- 5 de novembro de 2025

Participantes (presenciais e online):

INR, I.P.; Ministério da Saúde; Direção-Geral da Saúde; Direção Executiva / Comissão Executiva do SNS; ANMP; AICIB- Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica

2. Desenvolvimento

Principais temas abordados:

- Avaliação da estratégia anterior (ENIPD 2021-2025) e identificação das medidas não concretizadas.
- Saúde sexual e reprodutiva, HIV/SIDA e IST, e formação específica de profissionais.
- Capacitação e formação contínua de profissionais de saúde, com destaque para a necessidade de uma abordagem integrada.
- Estatuto do Cuidador Informal e criação de um referencial de formação associado.
- Produtos de apoio e bancos de reutilização, com ênfase na falta de regulamentação.
- Intervenção em crises familiares e desenvolvimento de referenciais de apoio psicossocial.
- Integração da investigação e inovação em saúde (participação da AICIB).
- Discussão sobre terminologia (“pessoas com deficiência” vs “pessoas com incapacidade”) e alinhamento com a Convenção das Nações Unidas.
- Planeamento orçamental e fontes de financiamento, incluindo fundos europeus e orçamentos setoriais.
- Necessidade de coerência interministerial e de articulação entre saúde, educação, autarquias e segurança social.
- Valorização da acessibilidade universal, da saúde oral, da literacia em saúde e da promoção da saúde ao longo da vida.

Contributos relevantes:

- O Ministério da Saúde apresentou e atualizou a matriz de trabalho com 6-7 linhas de ação, justificação e fontes orçamentais.
- O INR, I.P. coordenou o processo e harmonizou o modelo de trabalho em Excel comum a todas as áreas.
- A AICIB manifestou disponibilidade para contribuir no eixo da investigação e inovação.
- A DGS e o SNS destacaram a importância do acesso aos cuidados de saúde primários, da saúde oral e dos sistemas de informação inclusivos.
- A ANMP propôs que as linhas de ação fossem estruturadas como “áreas estratégicas”, evitando excessiva especificidade.

Linhas de ação:

- Comunicação acessível e acessibilidade e sistemas de informação inclusivos (DGS)
- Formação e capacitação dos profissionais de saúde para uma resposta inclusiva (DGS)
- Avaliação de incapacidade e melhoria dos processos de Junta Médica (DGS)
- Literacia em saúde, capacitação e participação das pessoas com deficiência (DGS)
- Cuidados integrados e continuidade ao longo do ciclo de vida (DGS)
- Promoção da saúde e prevenção da doença (DGS)
- Desenvolvimento de parcerias com universidades para desenvolver ações sensibilização com turmas dos cursos da área da saúde. (UIFD)

3. Conclusões e Sugestões

Principais conclusões:

- As linhas mantêm carácter estratégico e agregador, devendo as medidas operacionais ser definidas no plano de ação subsequente.
- A terminologia adotada será “pessoas com deficiência”, podendo ser usada a expressão “pessoas com deficiência e/ou incapacidade” em contextos específicos.
- As metas e indicadores serão definidos posteriormente, no âmbito do plano de ação.
- Foi reconhecida a importância da coordenação intersetorial, da inovação tecnológica e da sustentabilidade financeira das medidas.

Propostas e recomendações:

- Reduzir o número total de linhas para cinco ou seis, assegurando clareza e exequibilidade.
- Garantir que cada linha inclua uma justificação, meta genérica, fonte de financiamento e montante indicativo.
- Integrar as tecnologias assistivas e a inovação digital como dimensões transversais.
- Reforçar a articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3 –Saúde e Bem-Estar.
- Promover sinergias entre entidades públicas, autarquias e organizações locais.

SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DOS GRUPOS FOCAIS

Grupos Focais com ONGPD

Data: 27 de novembro de 2025

Local: Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.) – Av. Conde Valbom, n.º 63, Lisboa

Organização: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

1. Enquadramento: No âmbito da preparação da nova Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência (EDPD 2026-2030), o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. promoveu várias sessões de grupos focais com Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD) de âmbito nacional, regional e local. O objetivo foi recolher contributos práticos e diversificados para a definição das linhas de ação prioritárias, assegurando que o novo documento reflete as realidades, desafios e aspirações das pessoas com deficiência em todo o território.

2. Objetivos das Sessões: Rever as aprendizagens da ENIPD 2021-2025, identificando o que deve ser mantido e o que necessita de reformulação; identificar prioridades de intervenção nas cinco áreas-chave — Territórios, Cidadania, Educação, Emprego e Formação e Saúde; determinar fatores críticos de sucesso para uma implementação eficaz, inclusiva e sustentável; e registar as principais ideias, propostas e recomendações das ONGPD participantes.

3. Participantes

INR, I.P., representantes das ONGPD nacionais, regionais e locais: ACAPO; Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal; HUMANITAS; FAMILIARMENTE; CNOD; SPEM; Associação Nacional de Deficientes Sinistrados do Trabalho; ADFA; 3 C'S - Associação Cultural, Desportiva e Recreativa; CREACIL; e Instituto Politécnico de Beja.

5. Prioridades por Área-Chave (Territórios; Cidadania; Educação; Emprego e Formação; Saúde)

- **Questão: Se pensarmos em 2030, que mudanças gostaríamos de ver em cada área:**
Territórios: Design Universal, sensibilização, habitação e desinstitucionalização.

Promover a sensibilização dos mais jovens para a deficiência; capacitar entidades para a fiscalização; assegurar avaliação e acompanhamento nas decisões do processo de desinstitucionalização; aplicar o desenho universal; alargar a capacidade das respostas MAVI; reforçar as competências dos Balcões de Inclusão; criar respostas residenciais para pessoas com deficiência intelectual; e investir mais em habitação com autonomia e independência.

Cidadania: Voto acessível, articulação interministerial e medidas centradas nas pessoas.

Assegurar o voto acessível; reforçar a articulação entre os ministérios da Educação, do Trabalho e da Segurança Social; redesenhar as respostas sociais centradas nas pessoas, com vista à sua progressão; e criar medidas que promovam a participação ativa na vida pública.

Educação: Intervenção precoce, ensino de Braille e LGP, preparação familiar e inclusão curricular.

Investir na Intervenção Precoce; implementar o modelo SNIPI até aos 18 anos; promover a aprendizagem de Braille, LGP e outras formas de comunicação nas escolas; preparar as famílias e a comunidade para a deficiência; acompanhar as crianças desde o nascimento até à entrada no ensino superior; apoiar o percurso educativo com a colaboração dos municípios; trabalhar a funcionalidade e a independência dos alunos através de planos de intervenção; desenvolver programas adaptados sobre inclusão nas escolas, envolvendo também os encarregados de educação; e integrar a abordagem da deficiência no currículo escolar, em disciplinas como Estudo do Meio.

Emprego e Formação: Políticas de progressão profissional e reorganização do sistema de emprego.

Desenvolver políticas orientadas para a progressão no mercado de trabalho, mais ajustadas à permanência no posto de trabalho, e garantir a aquisição de qualificações que permitam a mobilidade social.

Saúde: Revisão da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e articulação entre Saúde e Segurança Social.

Rever a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais; capacitar os profissionais de saúde para a deficiência; e garantir que os setores da saúde e social trabalhem em continuidade, promovendo uma mudança de paradigma.

- **Questão: Se pudessem escolher uma prioridade por área, qual seria?**

Territórios: Desenho Universal

Cidadania: Criar medidas que promovam a participação ativa na vida pública

Educação: Garantir que todos adquiram a qualificação necessária para promover a mobilidade social

Emprego e Formação: Reorganizar o sistema de emprego para todos terem acesso ao trabalho

Saúde: Garantir que os setores da saúde e social trabalhem em continuidade, promovendo uma mudança de paradigma centrada no bem-estar

6. Fatores de Sucesso: Coordenação interministerial eficaz e responsável nacional de execução; Orçamentação realista e vinculativa; Participação ativa das ONGPD e das pessoas com deficiência; Sensibilização e formação transversal de profissionais; Dados estatísticos fiáveis e ações mensuráveis.

7. Síntese Final

As sessões de grupos focais evidenciaram consenso quanto à necessidade de uma nova EDPD 2026-2030 prática, participada e orientada para resultados, com linhas de ação claras, metas mensuráveis e entidades responsáveis identificadas. A Estratégia deverá privilegiar a autonomia, a inclusão ativa e a transversalidade das políticas públicas, reforçando o papel das ONGPD e das autarquias na concretização das medidas.

Síntese dos Contributos Escritos

Perspetivas e Propostas para 2030

Estruturar a intervenção em três eixos fundamentais: garantir a igualdade no acesso aos direitos fundamentais; personalizar as respostas, atendendo às novas realidades sociais (envelhecimento das PCDI, saúde mental, entre outras); e promover uma inovação social sustentável, assente na corresponsabilidade e na avaliação de impacto social.

A inclusão plena só será alcançada através de políticas públicas articuladas, fundadas na corresponsabilidade entre o Estado, as organizações da sociedade civil, as autarquias e as comunidades locais.

Territórios: Criar territórios inclusivos, acessíveis e conectados, com políticas locais participadas e monitorizadas, visando eliminar progressivamente as barreiras físicas, digitais e comunicacionais; Fomentar redes locais de colaboração intersectorial, envolvendo autarquias, IPSS's, escolas, serviços públicos, empresas e comunidades; Desenvolver Planos Municipais para a Inclusão, com metas e indicadores objetivos, integrando dimensões de acessibilidade, habitação, mobilidade adaptada e participação comunitária; Reforçar a coerência territorial, assegurando o acesso equitativo a serviços e recursos nas zonas rurais e de baixa densidade populacional; Criar plataformas digitais territoriais de partilha e coordenação de práticas inclusivas.

Cidadania: Garantir participação ativa e representativa das pessoas com deficiência nos processos políticos e comunitários; Estabelecer mecanismos permanentes de consulta e diálogo entre o Estado, as autarquias e as organizações representativas das pessoas com deficiência; Promover campanhas nacionais de sensibilização contínuas e baseadas em evidência científica, orientadas para a valorização da diversidade e dos direitos humanos; Assegurar acesso universal à informação pública em formatos acessíveis e tecnologicamente atualizados; Reforçar a literacia cívica e em direitos humanos, envolvendo escolas, comunidades e meios de comunicação social.

Educação: Reforçar os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), com financiamento estável, equipas pluridisciplinares completas e contratos de médio prazo; Consolidar um modelo de Educação Inclusiva centrado na pessoa, com ênfase na personalização, colaboração e avaliação funcional; Tornar obrigatória a formação contínua de docentes e técnicos em metodologias inclusivas, tecnologias de apoio e comunicação acessível; Promover programas sólidos de transição escola-vida ativa, articulando escolas, famílias, empresas e serviços de emprego; Integrar tecnologias digitais acessíveis e universais no quotidiano pedagógico; Intensificar a cooperação entre escolas e instituições especializadas, garantindo respostas complementares e eficazes.

Emprego e Formação: Adaptar a formação profissional às novas exigências do mercado de trabalho, à digitalização e à economia verde; Fomentar empreendedorismo inclusivo, apoiando projetos de economia social liderados por pessoas com deficiência; Assegurar articulação efetiva entre formação, emprego e proteção social, promovendo percursos flexíveis e integradores.

Saúde: Garantir acesso universal, equitativo e contínuo a cuidados diferenciados e multidisciplinares, incluindo saúde mental, reabilitação e cuidados paliativos; Criar equipas comunitárias de saúde inclusiva, em estreita coordenação com os serviços sociais e CACI; Implementar programas de envelhecimento ativo e prevenção da dependência, assentes em planos individualizados e participados; Investir em tecnologias de teleassistência e telecuidados, sobretudo nas zonas rurais, assegurando acompanhamento próximo e permanente.

Prioridades Estratégicas Transversais: Envelhecimento das Pessoas com Deficiência: criar programas integrados que assegurem qualidade de vida, autonomia e continuidade de cuidados; Envelhecimento dos Profissionais do Setor: desenvolver planos de valorização, rejuvenescimento e retenção de talento, promovendo o bem-estar organizacional; Sustentabilidade das Organizações: implementar modelos de financiamento plurianual, previsível e baseados em impacto social mensurável; Igualdade de Oportunidades: eliminar barreiras estruturais e reforçar políticas de equidade substantiva, garantindo o exercício pleno da cidadania.

SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DO ENCONTRO DE AUTORREPRESENTANTES

O Encontro de Autorrepresentantes constituiu um momento de escuta ativa e de valorização das vozes das pessoas com deficiência, promovendo a sua participação na construção da proposta da nova EDPD. Através deste espaço de diálogo, foram recolhidos contributos significativos que refletem experiências, desafios e aspirações, garantindo que as perspetivas das próprias pessoas também estejam no centro das decisões e orientações estratégicas. A síntese que se apresenta a seguir procura traduzir de forma fiel as ideias partilhadas, reforçando o compromisso com uma abordagem participativa e inclusiva.

Data: 31 de outubro de 2025

Local: Sessão online (Teams)

Facilitação: INR, I.P.

Participantes: CACI de Montemor-o-Velho, da APPACDM de Coimbra; PNAR - Plataforma Nacional para a Autorrepresentação; Fundação LIGA; Grupo de Autorrepresentação das Irmãs Hospitaleiras de Condeixa-a-Nova; Grupo ARCIL; Grupo informal de jovens do ensino superior.

Principais temas abordados:

- Acessibilidade física, comunicacional e digital
- Autonomia e vida independente
- Participação cívica e política
- Emprego, formação e atividades socialmente úteis
- Transporte, mobilidade e acessibilidade territorial
- Saúde e apoios pessoais
- Sonhos e aspirações dos autorrepresentantes

Principais intervenções e respetivos intervenientes:

Grupo informal de estudantes:

Defendeu a criação de um estatuto para estudantes com deficiência no ensino superior, referindo barreiras arquitetónicas e atitudinais. Apontou a falta de acessibilidade em residências universitárias e propôs a criação de uma plataforma com informação sobre acessibilidade nas instituições. Referiu ainda a importância de reconhecer as deficiências não visíveis e de adotar o cordão de girassol como meio de identificação voluntária.

Fundação LIGA:

Sugeriu a instalação de avisos sonoros nos transportes públicos e mais bancos prioritários. Referiu dificuldades no acesso físico aos autocarros e defendeu mais diversidade de Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), bem como apoios à medicação e fraldas, com procedimentos menos burocráticos.

ARCIL:

Apontou a falta de acessibilidade cognitiva e digital, nomeadamente sites não compatíveis com leitura fácil. Destacou a falta de sensibilidade social para o respeito por rampas e lugares reservados e a necessidade de alargar os serviços de apoio domiciliário e assistência pessoal, permitindo maior vida social e independência.

Irmãs Hospitaleiras de Condeixa-a-Nova:

Referiu barreiras arquitetónicas em Condeixa, como passeios estreitos e ausência de rampas. Sugeriu mais transportes públicos adaptados e estruturas residenciais com equipas multidisciplinares. Pediu maior participação das pessoas com deficiência nas decisões autárquicas e espaços formais de consulta.

APPACDM Coimbra - CACI Montemor-o-Velho:

Assinalou falta de transportes públicos, passeios inacessíveis e ausência de acessos a lojas e serviços públicos. Propôs criação de residências autónomas com apoio institucional, valorização do trabalho em comunidade e melhoria das pensões e rendimentos. Pediu também mais oportunidades culturais e desportivas e cedência de espaços comunitários para eventos inclusivos.

PNAR - Plataforma Nacional para a Autorrepresentação:

Enfatizou a necessidade de educar a sociedade para a autorrepresentação, criar campanhas de sensibilização, materiais em leitura fácil e formação para profissionais. Pediu apoio governamental à Plataforma Nacional para a Autorrepresentação (PNAR) e mecanismos de financiamento direto para grupos de autorrepresentantes.

Principais conclusões e recomendações:

1. Educação e sensibilização social

- Implementar campanhas sobre direitos e capacidades das pessoas com deficiência.
- Promover formação em acessibilidade comunicacional e leitura fácil para serviços públicos.

2. Acessibilidade e mobilidade

- Melhorar transportes públicos, rampas, passeios e informação sonora e visual.
- Garantir fiscalização de acessibilidades e cumprimento das normas.

3. Autonomia e vida independente

- Alargar a rede de residências autónomas e serviços de assistência pessoal.
- Rever os horários e funcionamento dos apoios domiciliários.
- Criar apoios financeiros para despesas de saúde e produtos de apoio.

4. Emprego e participação social

- Promover mais oportunidades de emprego protegido e atividades socialmente úteis.
- Aumentar a diversidade de CACI e incentivar o envolvimento em projetos comunitários.

5. Participação cívica e política

- Tornar o voto totalmente acessível (boletins em Braille, comunicação clara).
- Assegurar presença de autorrepresentantes em grupos de consulta e planeamento.

6. Inclusão no ensino superior

- Criar um estatuto do estudante com deficiência, regulamentar alojamentos acessíveis e formar docentes.

7. Sonhos e aspirações

- Viver de forma independente, com casa própria e emprego digno.
- Ser ouvido nas decisões políticas.
- Viajar, ter transporte próprio e ver o trabalho reconhecido.
- Levar a autorrepresentação às escolas e comunidades.

Para além da partilha realizada durante o Encontro de Autorrepresentantes, alguns participantes e outros autorrepresentantes que não conseguiram participar no encontro, enviaram também os seus contributos por escrito, apresentando respostas às questões que orientaram a discussão. Estes contributos escritos complementam e enriquecem a reflexão coletiva, permitindo uma visão mais ampla e representativa das experiências, preocupações e propostas das pessoas com deficiência intelectual e outras condições. A seguir, apresentamos uma síntese estruturada por área-chave, temas abordados e principais contributos.

Síntese dos Contributos Escritos:

1. Territórios

Temas predominantes:

- Acessibilidade, mobilidade, vida na comunidade, habitação e transportes.

Principais contributos:

- As cidades ainda apresentam barreiras físicas, cognitivas e sensoriais, como ausência de rampas, sinalização inadequada e falta de transportes adaptados.
- A acessibilidade deve ser entendida de forma universal, incluindo dimensões comunicacionais e sensoriais, criando espaços acolhedores e tranquilos.
- É essencial garantir transporte público acessível e frequente, permitindo a mobilidade autónoma.
- Necessidade de habitação acessível e soluções de apoio à vida independente, com serviços de assistência pessoal estruturada.
- Proposta de consultoria técnica e envolvimento das próprias pessoas com deficiência na planificação dos territórios, garantindo que “nada é decidido sobre nós, sem nós”.
- Campanhas de sensibilização locais, em autarquias e espaços comunitários, para promover empatia, respeito e escuta ativa.

2. Cidadania

Temas predominantes:

- Voz, participação, autorrepresentação, empatia e direitos humanos.

Principais contributos:

- Falta respeito, empatia e escuta verdadeira por parte da sociedade e dos decisores políticos.
- É urgente educar a comunidade sobre deficiência e autorrepresentação, promovendo sensibilidade e paciência perante diferentes formas de comunicação (ex.: pessoas autistas não verbais).
- Os autorrepresentantes querem participar mais ativamente em espaços de decisão — autarquias, escolas, empresas e organizações culturais — com informação acessível e linguagem clara.
- Reivindicam cumprimento efetivo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e inclusão direta nas decisões políticas.
- Pedem apoio continuado à PNAR (Plataforma Nacional de Autorrepresentantes) e formação contínua para reforçar a capacidade de influência.

- A voz das pessoas com deficiência deve ser reconhecida como contributo legítimo para as políticas públicas.

3. Educação

Temas predominantes

- Sensibilização, comunicação acessível e educação cívica inclusiva.

Principais contributos:

- A escola é vista como o espaço de base para a inclusão e mudança de mentalidades.
- Sugere-se introdução de conteúdos sobre deficiência, diversidade e cidadania no currículo escolar.
- Propostas de atividades de partilha com crianças (teatro, música, campanhas de sensibilização) para promover empatia e aceitação desde cedo.
- Necessidade de formação de professores e técnicos em comunicação acessível e em diferentes tipos de deficiência.
- Reivindicação de materiais acessíveis (leitura fácil, comunicação aumentativa e alternativa) para garantir igualdade de oportunidades na aprendizagem.
- A escola deve também ser um espaço onde se valoriza a autorrepresentação, dando voz às próprias crianças e jovens com deficiência.

4. Emprego e Formação

Temas predominantes:

- Oportunidades, igualdade e autonomia económica.

Principais contributos:

- O emprego é visto como elemento central da inclusão, promovendo autonomia, autoestima e sentido de pertença.
- Pedidos de apoios financeiros justos, aumento de pensões e salários dignos, e oportunidades de trabalho reais e não meramente simbólicas.
- Necessidade de contratos formais, estabilidade e igualdade salarial, independentemente do tipo de deficiência.
- As experiências positivas relatadas mostram que o trabalho e a formação são meios eficazes para quebrar preconceitos e afirmar competências.

- Proposta de formação específica em competências de vida diária e gestão financeira, como base para a independência.
- A vida independente é entendida como ter controlo sobre as próprias escolhas, com o apoio necessário, não significando viver isolado.

5. Saúde

Temas predominantes:

- Acessibilidade dos serviços, comunicação e formação de profissionais.

Principais contributos:

- Necessidade de serviços de saúde inclusivos e acessíveis, tanto fisicamente como na comunicação.
- Falta de profissionais formados em deficiência e comunicação acessível, o que gera exclusão e má compreensão das necessidades das pessoas.
- Pedem formação contínua para profissionais de saúde e apoio social, de modo a garantir um atendimento digno e informado.
- Reivindicam apoios personalizados que permitam conjugar saúde, bem-estar e autonomia.
- É fundamental que o sistema de saúde trabalhe articuladamente com o setor social, garantindo continuidade de cuidados e apoio à vida independente.

Os contributos convergem numa visão clara: A inclusão exige respeito, empatia e ação concreta em todas as dimensões da vida. As pessoas com deficiência e os autorrepresentantes pedem para ser ouvidos, participar e decidir, com apoios adequados e acessibilidade total - física, comunicacional e social.

Palavras-chave: Voz | Respeito | Autonomia | Empatia | Participação | Transformação

IV CONCLUSÃO FINAL

O presente documento evidencia que o processo de elaboração da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030 assentou numa lógica amplamente participativa, colaborativa e multissetorial, permitindo recolher, sistematizar e integrar contributos oriundos de diferentes níveis de governação, setores de intervenção, organizações representativas e pessoas com deficiência.

A diversidade e a complementaridade dos contributos recolhidos, através da audição pública, das reuniões setoriais, dos grupos focais, dos contributos escritos e do Encontro de Autorrepresentantes, confirmam a existência de um consenso alargado quanto à necessidade de reforçar uma abordagem baseada em direitos humanos, centrada na autonomia, na participação efetiva, na acessibilidade universal e na igualdade de oportunidades.

Ao longo das diferentes áreas-chave: Territórios, Cidadania, Educação, Emprego e Formação, e Saúde, emergem prioridades comuns e transversalmente assumidas: a necessidade de melhorar a articulação interinstitucional, assegurar financiamento adequado e previsível, reforçar a produção e utilização de dados para suporte à decisão, identificar claramente responsabilidades de execução e consolidar mecanismos de monitorização e avaliação orientados para resultados.

Os contributos recolhidos demonstram igualmente que a futura Estratégia deverá ultrapassar lógicas fragmentadas ou excessivamente setoriais, afirmando-se como um instrumento integrado de política pública, capaz de responder à complexidade das situações vividas pelas pessoas com deficiência ao longo do ciclo de vida e nos diferentes contextos territoriais e sociais. Neste quadro, assume especial relevância o reforço de um modelo de governação claro, participado e responsabilizante, que promova coerência na ação pública e assegure continuidade entre planeamento, implementação, acompanhamento e avaliação.

A centralidade da participação das pessoas com deficiência e das suas organizações representativas constitui, aliás, uma das principais conclusões deste processo. Os diferentes contributos convergem na afirmação do princípio de que as políticas públicas só serão verdadeiramente inclusivas se forem construídas com a participação ativa das próprias pessoas a quem se destinam, reconhecendo a sua voz, experiência e capacidade de decisão.

Neste sentido, a EDPD 2026-2030 constitui um compromisso coletivo do Estado português com a concretização plena dos direitos humanos, a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade. Mais do que um plano setorial, afirma-se como um desígnio nacional, orientando as políticas públicas para a construção de um país onde todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam viver com autonomia, dignidade e participação plena.

A implementação da EDPD 2026-2030 deve ser entendida não apenas como uma obrigação ética e social, mas também como um investimento estratégico com retorno económico e social significativo. A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na vida comunitária contribui para o aumento da produtividade, da inovação e da coesão social, ao mesmo tempo que reduz desigualdades e dependências de apoios públicos. Investir na acessibilidade, na qualificação e

na valorização do potencial de todos é, por isso, um fator de crescimento sustentável e de competitividade para o país.

Será igualmente essencial desenvolver uma estratégia abrangente de comunicação e mobilização, envolvendo parceiros públicos, privados e da sociedade civil, de modo a reforçar a visibilidade da Estratégia e o compromisso coletivo com os seus objetivos. A disseminação de boas práticas, a partilha de resultados e o estímulo à participação ativa dos cidadãos e das organizações serão determinantes para que a EDPD 2026-2030 se traduza em mudanças concretas e duradouras. A sua eficácia dependerá do envolvimento ativo de todos os níveis da administração pública, do empenho político sustentado e da participação contínua da sociedade civil e das pessoas com deficiência.

Numa sociedade portuguesa marcada pelo envelhecimento demográfico, a EDPD 2026-2030 deve também ser perspetivada como uma oportunidade para promover o ajustamento necessário dos produtos e serviços, dos espaços públicos, do edificado, da tecnologia e dos territórios e, sobretudo, das atitudes e dos comportamentos individuais que se refletem em valores coletivos. O objetivo é consolidar comunidades em que a inclusão constitua a cultura dominante, assente no respeito pela diversidade e na remoção efetiva de barreiras.

Em última análise, trata-se de promover uma cultura de construção de soluções ajustadas às necessidades das pessoas em cada território, numa lógica de corresponsabilidade entre os municípios e o Estado central. A concretização da EDPD 2026-2030 dependerá, por isso, da capacidade de transformar os contributos agora sistematizados em linhas de ação exequíveis, mensuráveis e sustentáveis, com impacto efetivo na vida das pessoas com deficiência e na consolidação de uma cidadania plena para todos.